

Policiais e o “bico”: a formação de redes de trabalho paralelo de segurança

Daniel Chaves de Brito

Daniel Chaves de Brito é professor da Faculdade de Ciências Sociais e Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará.


Belém – Pará - Brasil

 dnlbrito@globo.com

Jaime Luiz Cunha de Souza

Jaime Luiz Cunha de Souza é professor da Faculdade de Ciências Sociais e Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará.

Belém – Pará - Brasil

 jlcsouza02@yahoo.com.br

Roseane Magalhães Lima

Roseane Magalhães Lima é mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Pará.

Belém – Pará - Brasil

 angel33anne@hotmail.com

Resumo

O objetivo deste trabalho é apresentar um perfil das redes de absorção de policiais no que denominamos “bico” ou atividades de segurança exercidas paralelamente ao trabalho policial. O exercício da atividade paralela é atraído por um mercado de trabalho muito específico, capaz de incluir uma força de trabalho bastante especial, como a exercida pelos agentes de segurança pública. Para demonstrar a importância dessa questão, temos como estudos de caso a Polícia Militar do Estado do Pará. Em primeiro lugar, será explorada a formação das estruturas paralelas de trabalho; em segundo, apresenta-se a relação entre os principais atores que compõem a estrutura do “bico”; e, por fim, serão localizados alguns setores da economia que empregam policiais como segurança.

Palavras-chave

Trabalho policial. Redes. Atividade paralela.

O “bico” – ou atividades de segurança privada exercidas paralelamente ao trabalho policial – não é algo desconhecido nas corporações policiais, tanto nas Polícias Militares, como nos Bombeiros Militares e Polícias Cíveis no Brasil (MUSUMECI, 1998, p. 15). Tanto isso é recorrente que alguns Estados buscaram legalizar e organizar esse tipo de atividade.¹ No entanto, quando essa questão é discutida no centro do debate sobre as estruturas policiais, surge a pergunta: por que os policiais são levados a abdicarem de sua folga, de seu momento de lazer e da sua família, com repercussões significativas para a sua saúde, correndo o risco de transgredirem os Regulamentos das Corporações, em busca de rendimento extra? O pano de fundo desse problema é imediatamente vislumbrado pela questão salarial. Os baixos salários, sobretudo pagos aos policiais de graduação menor, são intensivamente usados como argumento para justificar a participação em redes de serviços privados paralelos que surgem dentro das corporações.

Não obstante a isso, uma hipótese bastante plausível, neste caso, é que o “bico” somente se aproxima dos policiais pelo simples fato deles serem policiais. O exercício da atividade paralela é atraído por um mercado de trabalho muito específico, capaz de incluir uma força de trabalho bastante especial, como a exercida pelos agentes de segurança pública. Para demonstrar a importância dessa questão, temos como estu-

dos de caso a Polícia Militar do Estado do Pará. Inicialmente, neste artigo, procura-se explorar a formação das estruturas paralelas de trabalho, em seguida apresenta-se a relação entre os principais atores que compõem a estrutura do “bico” e, por fim, localizam-se alguns setores da economia em que a presença de policiais é sempre recorrente.

A corporação policial e a estrutura do “bico”

Na análise de alguns pontos do Código de Ética e Disciplina da Polícia Militar do Pará, foram identificados alguns mecanismos que chamam atenção para as características da burocracia moderna. Especificamente aqui cabe ressaltar o princípio da impessoalidade (WEBER, 1980, p. 16). Quando se trata de instituições burocráticas apoiadas no princípio da organização racional, o funcionário “obedece não à pessoa em virtude de seu próprio direito, mas a regra estatuída” (WEBER, 1997, p. 129). Condizente com esse preceito, o Código de Ética e Disciplina da Polícia Militar do Pará determina em seu artigo 18, inciso 36, que o comportamento do policial militar deve observar ao seguinte: “Zelar pelo bom nome da Polícia Militar e de cada um de seus integrantes, obedecendo e fazendo obedecer aos preceitos da ética policial-militar”. O inciso 37 reforça esse caráter de uma relação voltada para a instituição e destaca que o policial militar deve

“Dedicar-se integralmente ao serviço policial-militar e ser fiel à Instituição a que pertence, mesmo com o risco da própria vida”.

No artigo 18, inciso 16, do Código de Ética e Disciplina da Polícia Militar do Pará, essa norma é posta de forma bastante evidente: o policial militar deve “Abster-se do uso do posto, ou graduação ou função para obter facilidades pessoais de qualquer natureza ou para encaminhar negócios particulares ou de terceiros”. Pelo Código, sua função deve estar voltada para “Atuar com devotamento ao interesse público, colocando-o acima dos anseios particulares”. E ainda prevê como uma das transgressões mais graves o exercício de quaisquer atividades que não sejam inerentes às funções do policial.²

Por essa lógica, o “bico” ou o exercício da atividade de segurança privada paralela está em desacordo com as normas que determinam os preceitos do comportamento do policial militar, pois se trata de “encaminhar negócios particulares ou de terceiros”. Então, por que essa atividade, que não é negada e nem desconhecida pelas instituições de segurança pública, passou a ser aceita como parte “legal” das atividades dos policiais militares?

A pesquisa realizada tenta mostrar essa realidade a partir da visão de um extrato específico de policiais militares, composto pelo quadro de praças. Nesta faixa da hierarquia estão os soldados, os cabos, sargentos e subtenentes. Mas as atividades paralelas de segurança privada não estão circunscritas apenas aos praças, pois, como se observou nas entrevistas, existem oficiais que fazem parte dessas redes de trabalho.

A gente pensa que não, mas até oficial tira “bico”. Claro, eles também tiram “bico”. Eu conheço um monte que tira “bico”. Tira “bico” com praças. Estes que tiram “bico” com o praça e que são amigos do praça. Sempre ali conversando com o praça, eles são dos lados dos praças e não dos oficiais. Como todo mundo diz: a polícia é dos oficiais. É verdade! Eu quando tirei “bico”, tirei junto com o tenente. Ele junto com a gente. (Soldado, oito anos de serviços).³

A representação dessa relação de propriedade, com que relata o soldado, possui dois momentos importantes. Em primeiro lugar, o soldado é o grau mais baixo na hierarquia da instituição e, portanto, ele tende a interpretar seu papel como apenas aquele que cumpre ordem. Em segundo, como os oficiais dispõem de mecanismos mais sumários de aplicação de medidas disciplinares, a atuação funcional deles acaba sendo distorcida na visão de seus subordinados, que confundem a autoridade do posto com a de proprietário de um cargo. Embora haja referência a um tenente que supostamente está do “lado” dos praças, de um modo geral prevalece o discurso do conflito, como no trecho, extraído do relato de outro soldado:

No Pará, onde os praças não confiam nos oficiais, e oficiais não confiam nos praças, infelizmente quando não há confiança, então, o que dizer, nenhum deles jogam no mesmo time. A qualquer momento, o pior pode acontecer: um pode abandonar o outro, porque não existe confiança um no outro, porque há uma distância muito grande entre um e outro, entre oficial e praça. Os oficiais querem ser demais e consideram os praças como se fosse um lixo. Na verdade não é bem assim. Na verdade

quem deve ser mais valorizado dentro de um quartel é justamente os praças. São eles que vão nas missões “boca podre” que tem, que são muitas. Os oficiais colocam só os praças para ir lá morrer, eles não vão. Estão comandando de outra maneira, quem vai para o corpo a corpo, quem vai para o tiro mesmo, frente a frente são os praças. Só o praça que vai, é só o praça que morre. (Soldado, um ano de serviço).

A separação entre praças e oficiais, à primeira vista, parece dividir dois mundos em dimensões extremamente diferentes. Porém, há uma complementaridade de interesses. Os policiais militares envolvidos com a atividade paralela de segurança privada atendem fundamentalmente a um mercado de serviço gerado por eventos e festas em geral, que acontecem nos finais de semanas. Assim, surge a necessidade de troca de escala de serviço e é nesse momento que acontecem as chamadas “peixadas”. O “peixe” é uma figura que recebe a proteção de alguém que faz parte de postos-chave. Desse modo, é possível trocar o turno do serviço e conseguir transferências para órgãos da instituição que não exigem cumprir escalas de serviço nos finais de semana. Há uma relação de “lealdade” e uma troca de interesses: do lado dos praças, a garantia de que a escala de serviço não interrompa a atividade do “bico”; do lado dos oficiais, a prestação de pequenos serviços pessoais. Essa relação é o pano de fundo que assegura a existência do “bico”.

A prestação de serviços de segurança privada exercida paralelamente ao trabalho policial, em detrimento do afrouxamento do sistema de controle social estatal, tem disponibilizado um mercado de segurança particular para os poli-

ciais. Mas existem algumas especificidades que precisam ser apontadas. Em primeiro lugar, a demanda recai sobre os policiais, antes de tudo, porque eles possuem treinamento para a atividade, têm licença para portar armas de fogo e dispõem de uma rede de contatos com policiais que fazem o policiamento ostensivo. Isso pode ser constatado nesse relato:

O policial tirando “bico”, ele está armado, ninguém vai tirar a arma. Quando trabalhei em um, eu oferecia uma merenda para os caras das viaturas, porque aqueles das viaturas dão segurança para o cara do “bico”, ou seja, o cara tirando o “bico” faz a comunicação com o dono do mercado e a polícia. (Cabo, 15 anos de serviço).

Além disso, existem duas dimensões dessa incorporação do trabalho de segurança particular. De um lado, estão as empresas que encontram, no policial, uma mão de obra já treinada e disciplinada. Para Viviane Cubas (CUBAS, 2005, p. 145),

“há certa dependência entre os vigilantes e os policiais, em que um colabora com o serviço do outro, porque, em muitos casos, os vigilantes são os primeiros a contatarem a polícia. Há, também, a colaboração direta de policiais que fazem ‘bicos’ nas empresas, em atividades distintas às de vigilância”.

De outro lado, o mercado de prestação de serviço de segurança particular é bastante difuso e atende a um leque diversificado, como guarda-costas, segurança de supermercado, escolas, igrejas, farmácias e logradouros particulares em geral, mas, certamente, são os eventos, tais como shows e festa de finais de semana, que fazem aumentar a demanda. O que chama atenção nessa lista é a presença das Igrejas. As denominações religiosas, sobretudo pente-

costais e neopentecostais, costumam arrecadar, em dias de grandes eventos, quantidades significativas de dinheiro e, por essa razão, têm sido alvo de roubos. Na pesquisa, essa demanda foi confirmada pelos próprios policiais:

A própria função do policial contribui para isso. Qual é outra categoria que dá para fazer um “bico”? Outra categoria não dá! Mas o policial dá. Dá para fazer uma segurança ali: numa farmácia, num bingo, ganha 30 contos aqui, 20 contos ali. A própria função permite isso, facilita. Quem não quer um policial na frente do seu supermercado tirando “bico”? Porque o policial é uma pessoa de respeito, anda armado, entendeu! Tem os contatos com a viatura. Rápido. Facilita. (Sargento, 18 anos de serviço).

Com isso, demonstra-se que o mercado de trabalho de segurança privado volta seu interesse para a contratação de agente de segurança pública por uma razão muito simples: o uso da arma. A questão mais importante é que se trata de um mercado informal, isto é, o trabalhador não precisa firmar vínculo empregatício e, portanto, parece ser esta atividade uma extensão da sua própria vida profissional. Como se trata de um profissional treinado e preparado pelo Estado, que se vincula a uma instituição que lhe legaliza o uso de armamento e o separa dos demais cidadãos pelo uso simbólico do fardamento, pode-se dizer que nesse nível está havendo o uso privado de bem público (MARTINS, 1994; FAORO, 2001; HOLANDA, 1998). É interessante assinalar que existem relatos em que o policial militar menciona que há até quem prefira usar o fardamento militar quando exerce essa atividade.

É aquela história. A gente sabe quando é bandido e ele sabe quando é policial; por mais que o policial tente mudar o corte de cabelo, a postura, a postura do policial, o jeito. E tem policial que não faz questão de tirar a paisano; vai para o “bico”, por mais que tenha uma calça jeans tem uma camisa preta escrita polícia. Está gritante que ele quer mostrar que é policial. Eu não, eu sempre tirei com camisa a paisano mesmo. (Soldado, oito anos de serviço).

A partir desse ponto, e acompanhando o relato dos policiais, procura-se descrever a estrutura de funcionamento do “bico”, como os grupos se organizam e, sobretudo, como a figura da estrutura militar é retrabalhada para oferecer eficiência na prestação do serviço de segurança privada. Tudo começa quando um empresário ou o promotor de evento, que já conhece os policiais que trabalham de segurança privada, ou por meio de um “intermediário”, faz um contato inicial e apresenta as condições de trabalho. Este é conhecido como o “patrão”. O contrato sempre é estabelecido informalmente, baseado no critério da confiança. O contratante, no esquema de trabalho, é o “dono do bico”. Este passa assumir toda a organização e a contratação do pessoal que vai compor o grupo de seguranças que prestarão o serviço.

Não é ele que escolhe. Fica ao meu critério. Eu que escolho o pessoal para trabalhar. Eu pego as pessoas de confiança, até porque mexer com dinheiro, saber que dinheiro é uma coisa difícil. (Sargento, 19 anos de serviço).

O “dono do bico” é o chamado “homem de confiança” do proprietário do estabelecimento ou do evento (o “patrão”), mas em muitas oportunidades ele precisa assumir vários esquemas

de segurança ao mesmo tempo e, nesse caso, ele nomeia um “gerente do bico”, que é sempre um policial de sua inteira confiança, normalmente alguém que já faz parte do grupo há mais tempo, ou seja, alguém que, do ponto de vista do “dono do bico”, seria insuspeito e capaz de dar eficiência ao trabalho. Este também pode nomear um “subgerente”.

Em função da complexidade de alguns serviços, o “dono do bico” nomeia um “chefe da segurança”, que é o componente da equipe que possibilita ao “dono do bico” uma fiscalização e controle sobre os demais seguranças do estabelecimento privado. Essa divisão de trabalho ocorre devido à complexidade do serviço exercido e pela necessidade de se lidar com um grande contingente de membros na equipe. O “chefe da segurança” coordena uma equipe menor, que fica responsável pela segurança de uma determinada área de atuação dentro da festa, ou outra atividade que exige divisão e integração do trabalho.

Eu não gerenciava, era outro. Até porque eu não queria responsabilidade, só que a minha patrulha de festa, eu era o comandante, eu era sargento, tinha mais soldado, tinha cabo, aí eu pegava um soldado e ficava volante, cheio de mesa. Essa mesa bem aí. Aí não sei o quê, o pessoal começava aquele bafafá, falar alto. Aí chegava bem pertinho, pegava aquele mais revoltado, eu perguntava: TÁ TENDO ALGUM PROBLEMA NO GRUPO? (Sargento da reserva, 30 anos de serviço).

Não, ficamos sempre em grupo, dois para cá, uma para lá ou para cá. Sempre atento na gerência, pra que uma situação não sejam pegos de surpresa; e sempre atento, a tudo e a todos. (Sargento, 19 anos de serviço).

Na composição da equipe, aparece a figura do “segurança” propriamente dito. Certamente são os mais numerosos. Embora sejam na sua maioria policiais, há também civis em certas equipes. Na linguagem interna do “bico”, os seguranças que não pertencem à instituição militar são denominados “Paraguai” (uma referência a produtos falsificados). O segurança “Paraguai” é estigmatizado pelos demais e ocupa um lugar secundário dentro da equipe.

Há a Polícia do Paraguai: são seguranças que, às vezes, eles dizem que são policiais, mas não são, são falsos policiais. Às vezes, eles estão armados. (Cabo, 15 anos de serviços).

Guarda de segurança quando passa a tirar serviço (farmácia, mercadinho, comércio) por tirar tanto serviço começa a conversar com outros policiais e descobre os quartéis, as linguagens. Eles acham que são policiais, eles queriam ser policiais. Ele começa há agir como policial e dizer que são policiais. (Cabo, 15 anos de serviço).

Neste sentido, o que se quer destacar é a inautenticidade, ou seja, um falso policial. O policial “Paraguai” é sempre um amigo, um parente ou tem alguma relação pessoal com o “dono do bico”. Mas essa situação nem sempre repercute de forma positiva na equipe. Por esse motivo, prevalece certo espírito de corpo, como se pode observar neste depoimento:

Só contrato policial, só gosto de trabalhar com policial, policial se entende. Civil é outra coisa, já não conhece a disciplina, a doutrina. Se a gente coloca uma coisa, a gente tá sabendo como é. Eu sempre falo lá, eu sempre coloco lá. (Soldado, oito anos de serviços).

Na prestação de serviço de segurança privada por policiais, isto é, na estrutura do “bico”, o “patrão” e o “intermediário” não fazem parte diretamente da equipe. Nessa condição mais indireta em relação ao “bico”, a pesquisa detectou uma equipe que constitui importância cabal para a eficiência da prestação do serviço. Trata-se do “apoio”, que corresponde, efetivamente, às equipes de policiais que estão de serviço no policiamento ostensivo e fazem parte do patrulhamento dos bairros. Nesse caso, deve haver uma total interação entre os policiais de plantão e os que estão trabalhando no “bico”.

Eu policial o que está fazendo aí? -Tenente eu não vou lhe mentir, estou tirando o meu “bico”, mas o “bico” está sem problema, graças a Deus! Até agora. Levava ele com o dono da festa. Chegava: Olha pessoal, tenente do PATAM (Patrulha Tática Metropolitana), está dando um apoio aí na rua e tal, saia fora! Ele ficava lá. Aí o cara da festa: Toma tenente, do seu refrigerante, dê esse apoio para gente. Quer dizer que de vez em quando a viatura ia, fazia o trabalho dela normal. Mas estava lá na área, de vez em quando ele passava lá. O pessoal via que a polícia estava sempre presente não tinha problema nenhum. (Sargento, 19 anos de serviço).

O funcionamento e a prestação de serviço se completam com a presença direta da instituição. Nesse sentido, a prática do uso privado de bens públicos continua de forma efetiva. Analisando o Brasil contemporâneo, José de Souza Martins mostra que há uma persistência dessa questão nas relações sociais brasileiras. Segundo o autor, “no Brasil a distinção entre público e privado nunca chegou a se constituir, na consciência popular, como distinção de direitos relativos à pes-

soa, ao cidadão. Ao contrário, foi distinção que permaneceu circunscrita ao patrimônio público e ao privado” (MARTINS, 1999, p. 21).

As relações entre a estrutura do “bico” e a instituição policial

As relações sociais, de trabalho e, sobretudo, institucionais são redefinidas na atividade do “bico”. A estrutura organizacional da instituição militar, regida pela hierarquia e disciplina, em alguns casos e em determinadas circunstâncias são invertidas ou mesmo readaptadas segundo critérios de confiança, prevalecendo uma obediência à estrutura interna do grupo que é responsável pelo “bico”. Na fala dos “donos do bico” há sempre uma referência muito clara a essa questão:

Como eu falo sempre lá, lá é bico, completamente diferentemente do quartel. Como tratto uma criança e um velho ou homem com respeito, lá não vai ser diferente. Lá não tem nada a ver com o quartel, lá tem sargento. Mas quem comanda sou eu. (Soldado, oito anos de serviço).

Não, porque eles atendem aos nossos pedidos, dentro do respeito. Ele é subtenente, eu sou sargento, e pronto. Mas aí quando é repassada a ordem, nós não estamos visando a patente. (Sargento, 19 anos de serviço).

Como no “bico” não existe regulamento escrito, legalmente instituído, vale os acordos estabelecidos na base da confiança. A “confiança” perpassa todas as relações dentro da estrutura, na contratação entre o “patrão” e o “dono do bico”, mas certamente onde ela se torna fundamental é no recrutamento dos “seguranças”. Aqui prevale-

cem as relações pessoais e as indicações. Quando é perguntado a um “dono de bico” como é feita a escolha da sua equipe, ele responde:

É pelo dia-a-dia mesmo. É tradição já. Este colega que eu tiro lá, eu confio mais nele do que em mim. O cara é muito competente, preparado e profissional. (Cabo, 17 anos de serviço).

Eu tenho uma equipe boa, uma equipe boa, de confiança. Sabe que se for preciso ele se prejudica por causa de ti, eu também. A gente procura mais zelar por nossa integridade, depois vem o patrimônio. O patrimônio ele repõe, mas a vida do colega... Eu me acho um profissional. (Cabo, 17 anos de serviço).

Virgem! Isso aí é primordial. A gente tem que saber quando contrata um policial, tem que saber o antecedente dele. No meio da gente também tem bandido! Muito bandido! (Cabo, 17 anos de serviço).

Pelo conteúdo desses relatos, é fácil concluir que dentro da corporação existe uma espécie de arquivo informal, que tenta classificar os policiais pela conduta. Entre todos os elementos para se contratar um segurança ou uma equipe, o que aparece de forma decisiva é a confiança. A convivência nas jornadas de trabalho é, certamente, um dos elementos que permitem forjar grupos dentro da instituição que se orientam por um interesse comum. Conforme apontam os depoimentos a seguir, a relação de confiança é que norteia toda a dinâmica de inserção nos grupos que atuam na atividade do “bico”.

Procuro pegar aquelas pessoas mais perto da gente de confiança, como eu peguei o subtenente e o cabo. O subtenente trabalha há

três anos com a gente, o pessoal gosta muito dele lá, o cabo também, trabalham comigo há muito tempo, então, assim, cara bom de serviço, na hora de uma situação, se garante revidar. (Sargento, 19 anos de serviços).

Esse relato mostra a existência de redes orientadas por critérios pessoais funcionando dentro das instituições policiais. As expressões “estão do meu lado”, “pessoas que eu já trabalhei” e “pessoas mais perto da gente” evidenciam a forma peculiar e específica de recrutamento para a atividade do “bico”. Nesse contexto, é possível estabelecer uma vinculação direta entre o serviço do “bico” e a própria funcionalidade da instituição policial.

Enquanto na instituição o desvio de conduta pode ser deixado em segundo plano, na estrutura do “bico” ela é levada extremamente a sério. Assim, quando algo abona contra o comportamento de um membro da equipe, ele é imediatamente dispensado.

No MOLAMBO DA SORTE também ele chegou a tirar com a gente, mas só que o dono do MOLAMBO DA SORTE pediu informação sobre ele, falaram para ele alguma coisa dele, ele disse que não queria mais ele lá. Mandou ele sair. (Soldado, oito anos de serviço).

O recrutamento para a atividade do “bico”, além do critério da confiança e da conduta correta, também depende fundamentalmente de relações estreitas entre os que organizam o serviço. No levantamento ficou evidente a existência de alguns policiais-chave para se conseguir entrar para essa atividade.

Lá tem alguém que mexe direto com isso. Lá

tem um sargento que basta ir direito com ele, um sargento da (...), ele é chamado o REI DO “BICO”, todo o “bico” geralmente que tem é com ele. É só falar com ele que ele arranja para gente sem nenhum problema. (Soldado, oito anos de serviço).

A gente consegue sempre através deste sargento, sempre é ele. Às vezes tem um outro oficial que também mexe, consegue para a gente. Pergunta se a gente quer ir, a gente precisa do dinheiro, porque o salário não é grande coisa, a gente procura uma outra forma também de incrementar o salário né. (Soldado, cinco anos de serviço).

Ele pegou e me ligou, o coronel: eu estou precisando do teu serviço. Diga, ele disse assim, assim, tá na hora, tá. Mesmo que eu esteja de serviço eu dou um jeito de trocar. Eu vou lá. (Sargento, 19 anos de serviço).

Destaca-se, nesses relatos, a obediência à autoridade do oficial superior. Na expressão “Mesmo que eu esteja de serviço eu dou um jeito de trocar. Eu vou lá”, verifica-se que os policiais estão vinculados por uma rede paralela de relações pessoais, que se deslocam para além da estrutura da polícia. Para atender a esse chamado ou para se incluir na estrutura do “bico”, surge uma série de atuações que relegam a segundo plano a estrutura de ordenamento do serviço do policial. Embora o policial do depoimento não indique que tipo de serviço irá prestar, fica evidente que a organização policial tem que interagir com a demanda desta instituição paralela que organiza a estrutura do “bico”.

A relação entre a organização policial e a organização paralela do “bico” leva a se criar

uma mentalidade policial em que a prestação de serviço paralelo ganha realmente uma importância significativa. Há policiais, como registrado no depoimento a seguir, que destacam que é no trabalho paralelo que o policial tenta se profissionalizar.

Eu aprendi a ser policial tirando bico. É na rua que a gente aprende a ser policial. Porque no CFAP, policial, mesmo, não me ensinaram nada, nadinha! Atirar! Eu nunca tive aula de tiro no CFAP. Eu aprendi atirar no quintal do vizinho meu, e também tirando bico. Eu aprendi atirar assim, porque no CFAP, sinceramente, quando a gente forma tá lá carga horária, as aulas, tava lá de tiro também, como se a gente tivesse feito o tiro. Nunca dei um tiro sequer no CFAP, do meu pelotão foram todos, tiveram 10 pelotões, se a metade foi muito que deu tiro. (Soldado, oito anos de serviço).

Ao se destacar a importância que o serviço paralelo assume no cotidiano do trabalho policial, nota-se que duas forças são impossíveis de o policial não institucionalizar no imaginário do “ser policial” (MUNIZ, 1999; PONCIONI, 2004). Se, por um lado, o agente de segurança pública encontra na atividade paralela uma forma se especializar, treinar e viver o cotidiano da profissão, por outro, ele encontra nesta atividade uma maneira de ganhar dinheiro. O mercado de segurança privado é bastante interessante e responde às necessidades mais imediatas da falta de dinheiro.

Primeiro no nosso emprego, no caso, no estado, ele paga por mês; e no bico geralmente recebemos por semana, por quinzena. Onde eu tirava eu recebia todos os dias, acabou, banhou. (Soldado, oito anos de serviço).

Como destacado anteriormente, a questão salarial vem na frente como justificativa para que o policial se integre às redes de serviço paralelo de segurança. Aqui defendemos a ideia de que o que realmente exerce uma força atrativa para essa atividade é o crescente mercado de trabalho que atrai essa mão de obra. Um fato emblemático no Estado do Pará é a Lei estadual n. 6.830, de 13 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre a criação da gratificação de complementação de jornada para as operações especiais das Polícias Cíveis e Militares. Essa lei permite ao policial militar vender sua hora de folga para a instituição policial militar, por meio dos serviços extraordinários – hora-extra reconhecida como bico – autorizados pelo Estado. Entre os policiais, essa lei ficou conhecida como “o bico do Jatene”, uma referência ao ex-governador Simão Jatene (PSDB), que governou o Estado de 2003 a 2006.

No caso do chamado “bico do Jatene”, se era uma política que tinha como objetivo diminuir o impacto do trabalho paralelo na instituição, serviu muito mais para reforçar no imaginário do policial militar que a farda, o domínio simbólico de um poder ostentado pela instituição militar, é a chave para ele entrar no mercado de trabalho de segurança privada.

Não! Porque eu ganho muito melhor que o meu salário da polícia; e a minha diária lá é muito mais do que a diária do Jatene. E diária do bico do Jatene é uma coisa que não se sabe quando a gente vai receber ou quando vão pagar a gente. Então não tem fundamento eu tirar, eu digo que eu nunca vou tirar, mas a princípio, eu não tiro. (Soldado, oito anos de serviço).

Atividades econômicas e o “bico”

Nos últimos anos, com os avanços da sociedade da informação (CASTELLS, 1999), muitos negócios que envolvem transações com dinheiro têm se tornado cada vez mais virtual, mas ainda há muitas atividades econômicas que dependem do recolhimento de valores em seus próprios locais de atuação. Aqui a análise contempla cinco atividades econômicas que exercem forte atração para os policiais que se integram às redes de serviço paralelo. Foram investigados o tradicional Círio de Nazaré, que acontece em outubro, a segurança em escolas de ensino superior, as chamadas festas de aparelhagem, o serviço de segurança dos abastecedores de carne de Belém, os denominados marchantes e o serviço de segurança itinerante.

O Círio de Nazaré é realizado em Belém no segundo domingo de outubro, mas a conhecida quadra nazarena começa muito antes; dizem que quando termina uma festa a preparação da próxima já está em curso (ALVES, 2005). No que tange à segurança, como se trata de um evento que tem reunido, segundo informações da organização da festa, cerca de um milhão de pessoas, o Estado mobiliza muitos agentes de segurança pública para garantir a segurança dosromeiros e fiéis que se aglomeram na praça santuário e entorno do Parque de Diversão.

O serviço diário do Parque é a proteção ao dinheiro recolhido na bilheteria. Para isso, os saberes policiais, adquiridos ao longo de treinamentos e experiências cotidianas, são empregados. O depoimento de um dos membros da equipe deixa isso bem evidente:

O nosso serviço é dar segurança ao dinheiro. A gente pega o dinheiro da bilheteria, com uma pessoa de lá de dentro da gerência, um homem

lá. Vamos para a bilheteria pegar o dinheiro e levar para a gerência. Fica um pessoal lá dentro da gerência, exclusivo, dando segurança ao dinheiro. Depois deste serviço que nós fazemos, umas duas ou três vezes, durante o movimento no parque, ficamos todo mundo na gerência; ficamos espalhados; não ficamos sempre em grupo: dois para cá, uma para lá ou para cá. Sempre atento na gerência, pra que numa situação não seja pego de surpresa, e sempre atento a tudo e a todos. Se houver algum problema na gerência em caso de dinheiro falso, essas coisas, uma alteração, o cara se alterou muito, requer a nossa presença, nós vamos lá. Vai dois e o restante fica na gerência, ao redor claro. (Sargento, nove anos de serviço).

Para se ter uma ideia da importância da segurança e da relação dos órgãos da segurança pública com a atividade do Parque de Diversão, basta atentar para o depoimento de um dos líderes da equipe:

Bem, a polícia militar faz o policiamento ostensivo lá dentro, até por que nós conseguimos fechar o negócio, sobre aquela situação da brincadeira, que nós conseguimos, há treze anos trabalhando. Eu sempre dando a ideia, acabou. Graças a Deus! Dois anos atrás nós conseguimos, de abrir dois dias para a polícia, eu coloquei justamente a sexta e o sábado. Porque nos sábados, o pessoal que trabalha interno pode ir. A sexta não tem como, o pessoal trabalhando. Nós conseguimos dois dias que o parque fosse cedido para a polícia militar; é gratificante. Porque lá o parque é muito dinheiro; e a polícia não ganha nada, tira o policiamento normal. E você sabe que quando entra uma verba, né, é uma coisa, quando não entra, é outra. Então, eles têm fundo lucrativo, uma coisa particular; e

policial militar não ganha um tostão, pelo menos que eu sabia. Se ganha, não me repassaram nada. E dar toda a segurança, tanto a polícia militar e o bombeiro, né!, a polícia civil. (Cabo, 12 anos de serviço).

Os policiais que estão de serviço no policiamento ostensivo ficam sempre atentos e, quando acionados, trabalham no apoio aos prestadores de serviço do “bico”. Assim, o líder da equipe ressalta como um grande benefício os dois dias em que o Parque fica à disposição dos membros dos órgãos de segurança pública. Como se pode depreender essa é uma forma de garantir um apoio constante durante o tempo de funcionamento do Parque.

Um ramo de atividade que é bastante concorrida para o mercado de segurança são as instituições de ensino particulares. Em Belém, já há algumas que cresceram bastante em números de alunos. Como se trata de instituições que lidam com recursos financeiros, sobretudo na forma de dinheiro em espécie, além do patrimônio, existe a necessidade de reforçar os esquemas de segurança. Em quase todas essas instituições existem policiais prestando serviço de segurança particular. Um dado relevante é que, nesses casos, normalmente a instituição contrata um “consultor de segurança”, quase sempre um oficial da Polícia Militar ou um delegado da Polícia Civil. Na pesquisa realizada, identificou-se um major que organizava uma rede de seguranças para prestarem serviço para essas instituições.

Quem comanda tudo é o major. Ele é que seleciona, por indicação. Eu fui indicado pelo sargento e o cabo que trabalhavam lá na DAF (Diretoria de Finanças da PMPA).

O cabo trabalha aqui com a gente. Eles me indicaram. Eu estou todo esse tempo aqui, eu nem me aposentei, quanto mais a gente ganha mais a gente gasta. (Sargento, nove anos de serviço).

Consegui através do major. Aí eu estava precisando; aí eu já conhecia o policial que me apresentou. Eu também já conhecia ele. Aí eu falei com ele, pintou uma boca. Ele me encaixou, por dia é no número de dez, eu estou há três anos. (Sargento, nove anos de serviço).

Enquanto o serviço de segurança privado poder entrar numa rotina, com horários e dias preestabelecidos, com salários pagos regularmente, existem outras atividades econômicas em que essa organização não é possível. As festas, sobretudo as chamadas festa de aparelhagem, que acontecem preferencialmente nas periferias, demandam segurança nos finais de semana. Nas festas existem dois focos de atuação da segurança: as constantes brigas e a segurança da bilheteria, o que torna o serviço bastante arriscado.

Na festa a primeira coisa que temos que ver é bilheteria. Queira ou não uma festa muito grande, ela é uma vitrine para os bandidos, para assaltarem a bilheteria. Se o cara estiver perto do bar, assaltam o bar, principalmente se vender ingresso adiantado. Com certeza vende cem ingressos, quatrocentos e quinhentos, vai até dois mil reais vendendo ingressos antecipados. Sei que de imediato tem que ter policiais na bilheteria e policiais atrás, no salão, para conter os brincantes mais afoitos, mais exaltados. (Soldado, três anos de serviço).

A festa é, entre as atividades econômicas, a que mais integra seguranças particulares. Nor-

malmente, os policiais mantêm uma rede de contatos para formar novas equipes ou mesmo substituir alguém que, por qualquer motivo, não possa fazer o “bico”. Desse modo, alguns líderes de equipes são chamados para outros diversos serviços.

Um policial pode pertencer a uma equipe, mas pode formar uma outra para prestar um serviço itinerante. Os serviços itinerantes são casuais, normalmente de transporte de valores de um município para outro, ou mesmo escolta pessoal de um artista, ou de empresários. Nesse caso, o pagamento é estipulado pelo serviço prestado e são adicionados elementos importantes, tais como distância, dias que ficarão no serviço, etc.

Para a prestação deste serviço, que os policiais denominam de segurança do “marchante”, também são formadas equipes que têm como pressuposto básico a confiança. Entre os entrevistados, existe uma unanimidade sobre o alto risco desta atividade, pois envolve o recolhimento de vultosas quantias de dinheiro.

Quando você perguntou qual é o bico mais perigoso, posso dizer que era do marchante. Eu nunca tirei e nem quero participar deste bico. Sei bem que o meu é um bico perigoso. Eu particularmente nunca fiz. Mas sei todo o processo, eu já fiz serviço de escolta, mais não desse valor. (Soldado, quatro anos de serviço).

Seguindo os depoimentos, foi possível montar o *modus operandi* dos riscos. No caso do serviço de segurança dos abastecedores de carne, inicialmente, a equipe recebe um veículo do dono do abatedouro e passa a escoltar uma pessoa que é responsável pelo reco-

lhimento do dinheiro ou pela cobrança, em mercados de bairro e feiras. Segundo o entrevistado:

O serviço mais perigoso é de marchante, porque o marchante lida com bastante dinheiro, muito dinheiro! Chega a lidar com 25 mil a 30 mil reais por dia. É um prato cheio para vagabundo! Nós não conhecemos nosso inimigo, mas o nosso inimigo nos conhece... A única coisa que podemos saber é que eles podem aparecer, podem surgir de qualquer outro lugar. (Soldado, 08 anos de serviço).

Segundo relatos colhidos nas entrevistas, em quase todas as ocorrências com escolta de “marchante” estavam envolvidos policiais tanto militares quanto civis. No depoimento a seguir, o policial entrevistado relata um entre outros fatos de violência ocorridos durante o serviço de segurança particular.

Eles chegaram num carro e entraram no açougue para pegar o dinheiro do açougueiro, aí eles saíram do açougue. Entram numa panificadora para merendar. Três policiais a paisanos com o marchante, com o marchante estava dinheiro que pegaram. Quando eles viram era só os pipocos lá de fora, mataram todos os três, foi parada dada. Foi policial que deu a parada. Dinheiro é sangue! Dinheiro é sangue! Não tenha dúvida disso. Onde corre dinheiro, corre sangue (grifo nosso). (Sargento, 19 anos de serviço).

A expressão “parada dada” significa que alguém quebrou o elo de confiança e passou informações para os criminosos. Nesse caso, segundo se pode apurar, os três policiais da escolta haviam reconhecido um policial que estava envolvido no assalto e por esse motivo ele havia

agido com violência para eliminá-los. Assim relata o entrevistado:

Quando o que estava dentro do carro reconheceu o de fora; o de fora sentiu que ele reconheceu, POL, POL (gesto com a mão apontado a arma, emitido som de tiro). Matou na hora; não teve nem dúvida. E foi chorar em cima do caixão, dizendo que eles iriam se empenhar para pegar o cara que fez isso com ele, então. Enquanto foi ele que matou, o próprio colega dele. (Sargento, 19 anos de serviço).

Quando analisada a questão do “bico”, considerando-se as atividades econômicas, de imediato é possível perceber que há alguns tipos de trabalhos que são os preferidos pelos policiais. Numa atividade como a Festa do Círio ou nas escolas particulares, o risco existe, mas não representa uma ameaça constante. No entanto, as festas de final de semana, o trabalho itinerante, que em muitas ocasiões se trata de assegurar patrimônio oriundo da “economia submersa”,⁴ assim como a segurança do “marchante”, são trabalhos que envolvem alto risco para os policiais que fazem parte das equipes que trabalham prestando serviço de segurança particular.

Considerações finais

Neste trabalho, acentuou-se a ideia de que a atividade do “bico” proporcionou o aparecimento de redes de pessoas que levaram este serviço a um alto grau de organização. Ao identificarmos esse processo, foi possível estabelecer, sociologicamente, uma demonstração do funcionamento e do recrutamento e, sobretudo, identificar os papéis desempenhados por todos os agentes envolvidos. Assim, mostrou-se, primeiro, que se trata de uma estrutura que esta-

belece funções específicas, que vão do “gerente ou dono do ‘bico’” até os que exercem apenas funções de segurança ou de subordinado. Em segundo lugar, nessa estrutura, fica evidente que, em situações específicas, o esteio da organização militar, a hierarquia, pode sofrer um novo rearranjo, para atender a uma racionalidade meramente econômica.

Um dos principais elementos identificados nesta análise, e que merece toda atenção, é que a atividade do “bico” já possui uma institucionalidade e está submersa na cultura policial. Embora os relatos dos policiais busquem uma justificativa nos baixos salários, que os privam de determinados bens de consumo, e que exercer uma atividade paralela, de segurança privada, lhes permitem uma complementação salarial, constata-se, efetivamente, que o mercado

do “bico” exerce uma atração muito forte sobre essa mão de obra que é treinada nas instituições militares. Como se pode observar ao longo do trabalho, o recrutamento de agentes de segurança pública, por grupos que se formam dentro da polícia militar e que prestam serviço de segurança privada, mostra que, em muitos casos, a instituição acaba sendo a peça fundamental para que as portas desse mercado se abram para um grande contingente de policiais. Como os dispositivos de controle internos, estatutos e regulamentos e as condições de cidadania dos policiais não são efetivamente observados, a organização e a prestação de segurança privada por agentes de segurança pública seguem se reproduzindo. Pelo que se pode constatar na literatura, este continua sendo um problema que alguns governos estaduais já até discutiram sobre sua legalização.

1. *Estado de Goiás, Lei n. 15.125, de 25 de fevereiro de 2005; Estado do Pará, Lei n. 6.830, de 13 de fevereiro 2006; Estado do Rio de Janeiro, Lei n. 2.216, de 18 de janeiro de 1994.*
2. *Ver Código de Ética e Disciplina da Polícia Militar do Pará, artigo 31, § 4º: Considera-se transgressão de natureza grave cometer a subordinado atividades que não são inerentes às funções do policial.*
3. *As entrevistas foram transcritas considerando-se o que foi gravado e, portanto, representam fielmente o que foi dito. Para preservar os policiais militares que se dispuseram a dar sua opinião e suas impressões sobre o trabalho, a instituição e a convivência com outros policiais militares, estamos omitindo seus nomes.*
4. *Por “economia submersa” ou “economia subterrânea” entende-se que são atividades econômicas efetivamente não reguladas pelas leis. Este termo é também encontrado na língua inglesa como embedded. Sobre este tema ver: Granovetter (1985) e Ribeiro e Bugarin (2003).*

Referências bibliográficas

- ALVES, I. A festiva devoção no Círio de Nossa Senhora de Nazaré. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 54. 2005.
- CASTELLS, M. A sociedade em rede. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra. 1999.
- CORTES, V. de A. **Espaço urbano e a segurança pública: entre o público, o privado e o particular**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005.
- CUBAS, V. de O. **Segurança privada: a expansão dos serviços de proteção e vigilância em São Paulo**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas; Fapesp, 2005.
- FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.
- FREITAS, J.A.; NORONHA, G.N. Occurrence of campylobacter spp. In chicken meat and giblets exposed to consumption in Northern Brazil. **Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia**, v. 59, n. 3, 2007.
- GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, n. 9, 1985.
- HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1998.
- JURANDIR, D. **Belém do Grão Pará**. São Paulo: Livraria Martins, 1960.
- MARTINS, J. de S. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MUNIZ, J. de O. **Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999
- MUSEMECI, L. **Serviços privados de vigilância e guarda no Brasil: um estudo a partir de informações da PNAD – 1985/95**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada 1998.
- PONCIONI, P. **Tornar-se policial: a construção da identidade profissional do policial no Estado do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado). São Paulo: USP, 2004.
- RIBEIRO, N. R.; BUGARIN, M. N. S. **Fatores determinantes e evolução da economia submersa no Brasil**. Est. Econ., São Paulo, v. 33, n. 3, p. 435-466, julho-setembro 2003.
- WEBER, M. Os três tipos puros de dominação. In: COHN, G. (Org.). **Max Weber: Sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 1997 (Coleção os Grandes Cientistas Sociais).
- _____. **Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída**. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980 (Col. Os Pensadores).

Policiais e o “bico”: a formação de redes de trabalho paralelo de segurança

Daniel Chaves de Brito, Jaime Luiz Cunha de Souza e Roseane Magalhães Lima

Resumen

Los policías y el segundo empleo: la formación de redes de trabajo paralelo de seguridad

El objetivo de este trabajo es presentar un perfil de las redes de absorción de policías en el denominado segundo empleo, o actividades de seguridad ejercidas paralelamente al trabajo policial. El ejercicio de la actividad paralela lo atrae un mercado de trabajo muy específico, capaz de incluir una fuerza de trabajo bastante especial, como la ejercida por los agentes de la seguridad pública. Para demostrar la importancia de esta cuestión, tenemos como estudios de caso a la Policía Militar del Estado de Pará. En primer lugar, se explorará la formación de las estructuras paralelas de trabajo; en segundo lugar, se presenta la relación entre los principales actores que componen la estructura del segundo empleo; y, por último, se localizarán algunos sectores de la economía que emplean policías como personal de seguridad.

Palabras clave: Trabajo policial. Redes. Actividad paralela.

Abstract

Police officers and “moonlighting”: the emergence of parallel security networks

This paper outlines a profile of networks that engage police officers in “moonlight” jobs, in which these professionals provide security services in addition to their work for the police. The demand for this parallel employment arises from a very specific job market that requires a very special workforce, i.e. public security officers. In order to highlight the importance of this issue, a case study on the Military Police of the State of Para will be presented. First, the establishment of a parallel professional structure will be explored; then, the relationship between the major actors involved in these “moonlight” jobs will be outlined; finally, some of the economic sectors employing these police officers for private security purposes will be identified.

Keywords: Networks. Parallel professional activities.

Data de recebimento: 11/05/2010

Data de aprovação: 18/01/2011